



TESOURO NACIONAL

Projeto de Lei Complementar PLS 229/2009

23 de setembro de 2015

Sumário

1. Quadro Resumo de Elaboração Orçamentária
2. Visão Geral do Projeto de Lei
3. Sistema Nacional de Investimentos Públicos e Banco de Projetos
4. Plano Plurianual
5. Execução da Despesa
6. Fundos
7. Dívida Pública
8. Contabilidade
9. Avaliação da Despesa

Elaboração Orçamentária

	Plano Plurianual	Lei das Diretrizes Orçamentárias	Lei Orçamentária Anual
LEI 4.320/64	<ul style="list-style-type: none"> Receitas e Despesas de Capital abrangendo um triênio (renovado a cada ano) PLOA trará o programa anual investimentos 	Não há comentários referentes a LDO	Lei Orçamentária conterá: discriminação entre receita e despesa; plano anual de trabalho do governo; em caso de déficit indicará a fonte de recurso para cobri-lo; especificação que possibilite a realização de contabilização; e outras definições gerais
LRF	<ul style="list-style-type: none"> PLOA deverá ser compatível com o PPA Na PLOA investimento fora do PPA < 1 ano PLOA deve estar compatível com o PPA 	LDO disporá sobre: equilíbrio entre receitas e despesas, critério de limitação de empenho, normas de controle de custo, condições para transf. de recursos a entidades públicas e metas e riscos fiscais	PLOA deverá ser compatível com o PPA e LDO e conterá: anexo demonstrando compatibilidade entre a LDO; documento que estime o impacto de renúncia de receita/aumento de despesas obrigatórias; reserva de contingência e outros

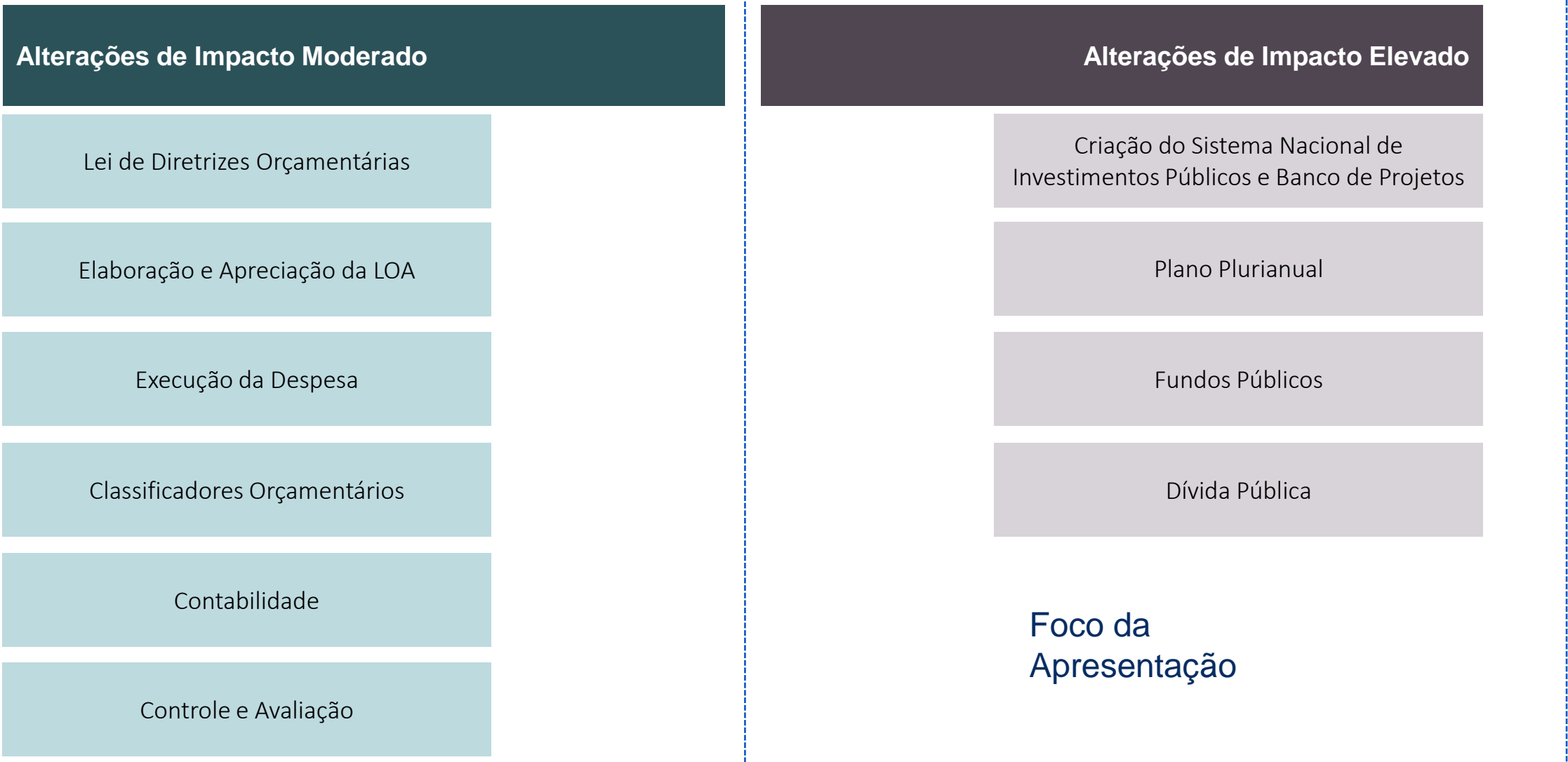
Execução Orçamentária

	Revisões Bimestrais (Relatório Bimestral e RREO)	Decreto de Programação Financeira
LEI 4.320/64	Não há comentários referentes ao Relatório Bimestral ou RREO	“Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar”. “As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária”.
LRF	<ul style="list-style-type: none"> Cria dispositivo de contingenciamento de despesa se arrecadação frustrar Define necessidade de haver metas bimestrais de arrecadação RREO: publicado em até 30 dias após o encerramento do bimestre e conterá: receitas e despesas por diferentes agregações, restos a pagar, arrecadação esperada no exercício, projeções atuariais, variação patrimonial e etc 	Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.


Monitoramento

	Avaliação Quadrimestral
LRF	<ul style="list-style-type: none"> O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida A apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre RGF conterá: despesa com pessoal, dados da dívida, concessão de garantia, operações de crédito e medidas corretivas se ultrapassar os limites da LRF

- Principais pontos do PLS 229/2009 que altera arcabouço institucional vigentes



Proposta PLS 229/2009			Comentário
Inclusões	Cria o SNIP, alinhado às boas práticas internacionais, com o objetivo de definir normas gerais para formulação, seleção, execução e avaliação dos projetos de investimento para entes com mais de 200.000 habitantes	Art. 5º inciso I	Necessidade de maior aprofundamento
	SNIP trará informações georeferenciadas das obras pretendidas, com cronograma físico-financeiro e agente público responsável, permitindo o acompanhamento da obra por meio de um sistema informatizado	Art. 5º §6	Necessidade de maior aprofundamento
	O projeto de investimento só poderá ser inserido na LOA se estiver cadastrado no Banco de Projetos	Art. 27 §1	Necessidade de maior aprofundamento

	Lei Vigente		Proposta PLS 229/2009		Comentário do Tesouro
Alterações	<p>Prazo para envio pelo Executivo: 31/08 do 1º ano do mandato Presidencial</p>		<p>Equipara o prazo de envio do PPA pelo Executivo ao prazo da LDO: 30/04 com aprovação até 17/07</p>	<p><i>Art. 10</i></p>	<p>Necessidade de maior aprofundamento</p>
Inclusões					
Inclusões					
Inclusões					

Proposta PLS 229/2009

Comentário do Tesouro

Inclusões	Conceitua duas modalidades: fundos orçamentários e de gestão especial (com personalidade jurídica própria – fundos de seguros, aval, capitalização, garantia e financiamento)	Art. 66	<ul style="list-style-type: none">Fundo é uma afetação de patrimônio e, logo, não possui personalidade jurídica.“Fundo de Capitalização” pode ser interpretado como fundos de pensão, que são, na realidade, entidades fechadas de previdência complementar com legislação própria, em vez de fundos
	Estabelece que fundos terão vigência máxima de 5 anos, exceto se instituídos pelas constituições federais e estaduais ou leis orgânicas municipais e distrital, e somente serão renovados mediante autorização legislativa específica, por prazos sucessivos a máximos de 5 anos	Art. 66 §5	Dispositivo gera grave insegurança jurídica para fundos de seguros, aval, garantia ou financiamento, já que esses fundos assumem obrigações de pagamento junto a terceiros que não podem depender da conveniência política para realização de negócios.
	Veda funcionamento de fundo de natureza privada em que entes da federação detenham mais de dois terços das cotas.	Art. 66 §3	Avaliar os efeitos na liquidação imediata de vários fundos garantidores privados nos quais a União detém participação como FGI, FGEDUC, FGCN, FGHab, FGP e FGIE. Esses fundos garantidores são fundamentais no desenho das políticas públicas que os originaram. Ex: FIES, MCMV, fomento às MPME e outros.

Proposta PLS 229/2009		Comentário do Tesouro	
Alteração/Inclusão	Forma de definição de refinanciamento e amortização de dívida pública	Art. 22	<ul style="list-style-type: none">O pagamento de principal com títulos não é considerado amortização e sim refinanciamento. Sugere-se então, para o inciso I deste artigo: <i>I – O refinanciamento, os juros e outros encargos e amortização da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União;</i>
	Procedimentos a serem adotados no caso da não aprovação da LOA até 31/12 do ano anterior.	Art. 32	<ul style="list-style-type: none">Adicionar ao Parágrafo segundo o seguinte termo: <i>§ 2º Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro do ano anterior àquele em que deva vigorar, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de: I – despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida</i>
	Conceitos de dívida	Art. 71	<p>É preciso compatibilizar os conceitos de dívida constantes no projeto com a conceituação mais atual presente na LRF, principalmente no que se refere ao conceito de dívida pública consolidada</p>
	Rolagem da dívida do Tesouro na Carteira do Banco Central	Art. 94	<p>Sugestões de alteração no art. 94, que modifica a LRF, referente à rolagem de principal e encargos da carteira de títulos do Tesouro no Bacen para dispor sobre a forma de cálculo do montante passível de rolagem e sobre a rolagem antecipada</p>

Proposta PLS 229/2009			Comentário
Alteração/Inclusão	Compatibilização da Contabilidade Pública com os regramentos da execução orçamentária	Título 6	<ul style="list-style-type: none">Necessidade de compatibilização da execução orçamentária (princípio da anualidade) com contabilidade patrimonial
	Rigidez no regramento dos demonstrativos, estrutura dos mesmos e estabelecimento de regras para procedimentos contábeis – Dificulta processo de convergência	Art. 79	<ul style="list-style-type: none">Com a evolução das Normas Internacionais, dificultará o processo de convergência, sugere-se que o texto seja enxuto e a estrutura de demonstrativos e os procedimentos contábeis sejam tratados em norma infralegal
	Custos no Setor Público, indutor da qualidade do gasto público	Art.	É necessário incluir o Sistema de Informações de Custos no Setor Público, com os principais conceitos, objetivando consolida-lo como indutor da qualidade do gasto público por meio da geração de parâmetros para se aferir a eficiência e eficácia dos programas governamentais
	Obrigatoriedade do envio das informações previstas no art. 51 da LRF ao SICONFI	Art.	Sugestão de inclusão da obrigatoriedade do envio das informações previstas no art. 51 da LRF, ao SICONFI, bem como dos MDF. Essa regra propicia transparência e análises e estudos macroeconômico mais consistentes. O regramento do envio por norma infralegal.

Proposta PLS 229/2009		Comentário
Alteração/Inclusão	<p>Avaliação por instituições de pesquisa pública, inclusive em parceria com instituições da sociedade civil, ou por tribunal de contas com jurisdição no território do respectivo ente, assegurado o caráter independente das opiniões</p> <p>Cap. V</p> <p>Art. 92</p>	<ul style="list-style-type: none">Com vistas a assegurar o caráter independente e o aporte técnico especializado, sugere-se não restringir as avaliações às instituições públicas, ao tempo em que, a possibilidade de avaliação pelos órgãos de controle já tem previsão. Assim sugere-se a exclusão dos itens a e b, do inciso II, ou, caso mantido que não se limite apenas às instituições públicas.



Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Tarcísio Godoy